

## **EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA - Auditoria Financeira**

### **SÍNTESE DE RESULTADOS**

A auditoria realizada pela IGF à EDIA teve como objetivo avaliar, por um lado, a sua situação económico-financeira e das participadas Gestalqueva e Gescruzeiros e, por outro, se os planos de redução de gastos, elaborados por aquelas empresas, tiveram em conta a legislação e outras normas aplicáveis ao SEE, bem como analisar o modo de execução dos mesmos e das medidas tomadas para reforçar e acelerar a redução do défice excessivo, no sentido de contribuir para a consolidação orçamental. O relatório da IGF foi objeto de contraditório formal com a entidade.

#### **1. Principais conclusões**

A) Em 2012, a EDIA geria 49.135 hectares de área beneficiada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), dos 120.000 hectares previstos para 2015, com uma adesão de 24.316 hectares (49,5%). B) A EDIA está em situação de falência técnica, pelo acumular de prejuízos, mas também pelo facto do acionista Estado não ter realizado aumentos de capital para financiar os elevados investimentos no EFMA. C) Até 2015, a previsão de investimentos a realizar no EFMA é de M€ 2.479,6, encontrando-se realizados, em dez/2012, M€ 1965,9 (79,4%), tendo sido antecipada a sua conclusão em 10 anos. D) Até 2012, o EFMA foi financiado por fundos comunitários (43,6%) e bancários (31,9%), sendo o esforço do Estado de 24,5% (M€ 524,1), relativos a aumentos de capital (M€ 387,2) e subsídios PIDDAC (M€ 136,9). E) A EDIA cumpriu os limites anuais de endividamento definidos, apesar de, face à execução do EFMA, o passivo remunerado registar tendência crescente, passando de M€ 593,6, em 2009, para M€ 692,6 em 2012 (+M€ 99, 16,7%). F) A análise ajustada da execução de 2011 e 2012 revela uma diminuição dos gastos operacionais em 15,2% e 20,3%, respetivamente, face a 2009, situando-se próximo das metas de redução fixadas (15% e 21,8%). G) Os gestores da EDIA mantiveram as remunerações, por serem inferiores às que resultam da aplicação do novo Estatuto do Gestor Público. H) As regras legais de redução salarial têm vindo a ser cumpridas, apesar de terem sido detetadas algumas irregularidades pontuais.

#### **2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s**

Face à auditoria realizada e às conseqüentes conclusões obtidas foram formuladas um conjunto de 28 recomendações, designadamente à EDIA e às participadas Gestalqueva e Gescruzeiros, no sentido de, na generalidade, serem corrigidas as desconformidades detetadas ou introduzidas algumas melhorias.

**(Relatório n.º 2212/2013, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado do Tesouro, em 2014-03-04).**